

Tribuna Parlamentar

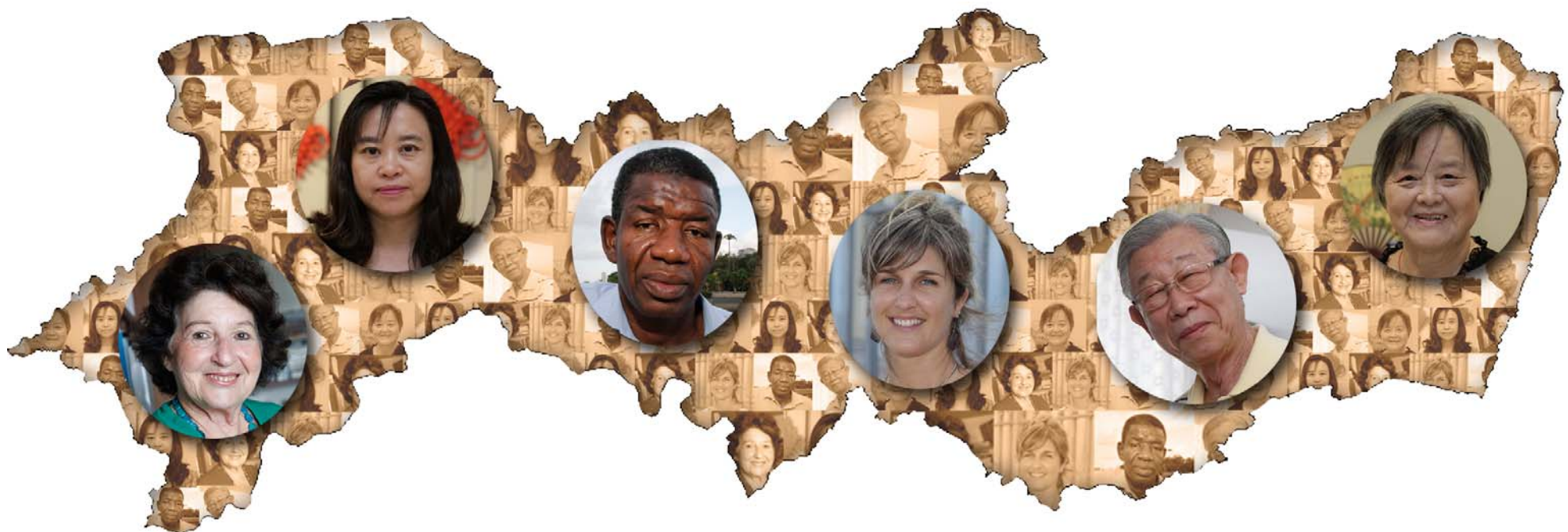
INFORMATIVO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

alepe.pe.gov.br

Retratos da imigração em Pernambuco

Na época colonial, o Estado recebeu milhares de africanos e europeus. Atualmente, é anfitrião em um cenário de globalização que impulsiona deslocamentos populacionais

Págs. 4 e 5



Mudança nas regras da eleição provoca temor de irregularidades

Parlamentares avaliam riscos da norma, válida já para o pleito deste ano. Confira a troca de partidos na Assembleia Legislativa

Pág. 3

Técnica para casos de engasgo e asfixia ganha divulgação estadual

Lei agora prevê que restaurantes, bares e lanchonetes informem, em cartazes, sobre Manobra de Heimlich aos clientes

Pág. 6



Estado reduz em quase 80% mortalidade infantil

Brasil está entre os 62 países que atingiram o 4º Objetivo de Desenvolvimento do Milênio

Pág. 8

ACONTECEU NA ALEPE

■ Aniversário da Alepe

Em abril, a Assembleia Legislativa comemorou 181 anos em cerimônia solene no Museu Palácio Joaquim Nabuco. O presidente da Casa, deputado Guilherme Uchoa (PDT), discursou sobre a importância de os poderes constitucionais atuarem de forma independente para garantir o respeito ao regime democrático, em especial no atual cenário de acirramento político. A ocasião ainda foi marcada pelo lançamento da cartilha digital “Síndrome de Down”, produzida pelo Grupo de Trabalho de Inclusão da Pessoa com Deficiência da Alepe. Houve também apresentações musicais e queima de fogos.

■ Microcefalia: ações recentes

Três visitas a unidades de saúde e uma audiência pública fizeram parte da agenda de abril da Comissão Especial de Acompanhamento aos Casos de Microcefalia. Para conhecer os serviços que estão sendo oferecidos a essa geração de bebês com a malformação, o colegiado foi à Associação de Assistência à Criança Deficiente (AACD) e ao Instituto de Medicina Integral Professor Fernando Figueira (Imip), no Recife, bem como ao Serviço Municipal de Referência à Microcefalia, em Ipojuca. Já a audiência pública ouviu as mães, que expuseram necessidades mais urgentes das famílias.

■ Prêmio pela igualdade de gênero

As prefeituras de Paulista, Bonito, Vitória de Santo Antão e Cabrobó receberam, no dia 30 de março, o Prêmio Prefeitura Amiga das Mulheres 2016. A iniciativa do Poder Legislativo homenageia os gestores municipais que mais se esforçaram pela igualdade de gênero em Pernambuco. O prêmio, que está na terceira edição, é concedido anualmente para uma cidade de cada região administrativa do Estado. Os ganhadores são definidos por um comitê formado por integrantes da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Alepe e da Secretaria Estadual da Mulher.

■ Caso Arena repercute

Alvo de vários debates e polêmicas, a Arena Pernambuco foi tema de audiência pública promovida pela Comissão de Administração Pública, em abril. O procurador-geral do Estado, César Caúla, detalhou a decisão do Executivo de rescindir o contrato com o consórcio liderado pela Construtora Odebrecht que, até o momento, administra o empreendimento. Ele informou que o governo estadual está trabalhando para chegar a um entendimento e evitar o pagamento de multas. Também anunciou a abertura de uma concorrência internacional para contratar uma nova empresa.

LEGISLATIVO EM FOCO

Haiti visto daqui

Os desafios dos estrangeiros que buscam o Brasil na tentativa de recomeçarem suas vidas – tema de capa desta edição do **Tribuna Parlamentar** – é abordado no documentário “Migrantes do Haiti”, produzido pela TV Câmara e disponível no site da instituição. O programa, que pode ser acessado pelo QR Code abaixo, retrata, em pouco mais de 30 minutos, a rotina e o caminho percorrido por milhares de haitianos que fugiram da miséria que assolou sua terra natal após o terremoto de 2010. Conta ainda as dificuldades enfrentadas por esses indivíduos que não falam português e que sofrem com a saudade dos familiares deixados para trás. As ações de acolhimento promovidas pelo Poder Público e por organizações não governamentais também são contempladas na narrativa, permeada de depoimentos de esperança de um amanhã mais promissor e de menos preconceito.

Migrantes do Haiti



Fique Sabendo

Quer assistir?

<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/tv/materias/DOCUMENTARIOS/489277-MIGRANTES-DO-HAITI.html>



VOCÊ NA ALEPE



Valquíria Nascimento
Servidora pública, esteve na Alepe para participar da audiência que debateu a desapropriação de residências no entorno do Complexo Prisional do Curado, no dia 25 de abril.

“Vimos aqui lutar pela permanência das nossas casas. Tirá-las não vai resolver os problemas do Complexo Prisional. Já virou questão de calamidade pública. Nós queremos uma conversa com o Governo. O presídio não pode estar mais no nosso meio social.”



Stallone Lima
Estudante, durante audiência pública, no dia 18 de abril, sobre a regularização do repasse das bolsas de estudo do Programa Universidade para Todos (Proupe), do Governo do Estado.

“O Proupe é um importante mecanismo do ensino superior. Estou aqui na luta pela permanência dele diante dos recorrentes cortes feitos pelo Estado e pelo aumento do número de verbas de que o programa necessita imediatamente.”



André Tauann
Vendedor ambulante, no dia 30 de março, em audiência pública para apurar a denúncia de que uma milícia estaria atuando na fiscalização do comércio informal no Recife

“Por causa dessa milícia, estamos sendo tratados como bandidos, agredidos verbalmente e fisicamente. Estamos aqui para acabar com isso e poder trabalhar em paz. Queremos lutar por nosso direito, como qualquer trabalhador honesto.”

Acompanhe também os perfis da Alepe nas redes sociais e fique por dentro das atividades que acontecem dentro da Casa.

Além de informar, as plataformas também facilitam a participação dos cidadãos no Legislativo, construindo debates e colaborando com decisões importantes na vida do povo pernambucano.



alepeoficial



assembleiape



fotoalepe



EXPEDIENTE: **MESA DIRETORA:** Presidente, Deputado Guilherme Uchoa; 1º Vice-Presidente, Deputado Augusto César; 2º Vice-Presidente, Deputado Pastor Cleiton Collins; 1º Secretário, Deputado Diogo Moraes; 2º Secretário, Deputado Vinícius Labanca; 3º Secretário, Deputado Romário Dias; 4º Secretário, Deputado Eriberto Medeiros. **Superintendente de Comunicação Social:** Margot Dourado. **Chefe do Departamento de Imprensa:** Cláudia Lucena. **Editores:** Christianne Alcântara e Helena Alencar (interinas). **Revisão:** Margot Dourado e Natália Câmara. **Repórteres:** André Zahar, Edson Alves Júnior, Gabriela Bezerra, Helena Alencar, Ivanna de Castro e Luciano Galvão Filho. **Gerente de Fotografia:** Roberto Soares. **Edição de Fotografia:** Breno Laprovitera. **Fotógrafos:** Jarbas Araújo, João Bitá e Rinaldo Marques. **Tratamento de Imagem:** Lucas Neves. **Design:** Brenda Barros. **Diagramação e Edição Eletrônica:** Alécio Nicolak Júnior. **Endereço:** Palácio Joaquim Nabuco, Rua da Aurora, nº 631 – Recife-PE. Fone: 3183-2368. PABX: 3183.2211. E-mail: scm@alepe.pe.gov.br

● **LEGISLAÇÃO**

Minirreforma eleitoral gera incertezas

Para deputados, medida que visa à redução de custos demanda mais rigor na fiscalização

Luciano Galvão Filho

Novas regras irão conduzir as eleições municipais deste ano, no próximo mês de outubro. Depois de longas discussões, o Congresso Nacional aprovou, no final de 2015, um conjunto de mudanças na legislação que ficou conhecido como “minirreforma eleitoral”. Além de alterar prazos para o registro de candidatos, as modificações reduziram pela metade o período de campanha e o horário eleitoral gratuito na TV e no rádio. Após intervenção do Supremo Tribunal Federal, também ficaram proibidas as doações de empresas a partidos políticos e a candidatos.

As medidas apontam para a diminuição dos custos da batalha pelo voto: com restrições na oferta de recursos e menos tempo disponível para campanha, os gastos para ser eleito chefe de governo ou conseguir uma cadeira no parlamento devem cair. Na última disputa para prefeito, em 2012, as chapas vencedoras na Região Metropolitana do Recife (RMR) dispenderam, em média, R\$ 1,3 milhão, em valores atualizados, segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). A campanha mais cara para a prefeitura da capital ultrapassou os R\$ 9 milhões, também em números corrigidos.

Para o historiador e cientista político Michel Zaidan, da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), as normas criadas são “republicanas”, porque agregam os candidatos em torno dos partidos, que detêm, agora, a principal fonte de financiamento eleitoral: os recursos do Fundo Partidário. Na opinião de Zaidan, campanhas suntuosas tornam “fictícios” os programas das legendas e privilegiam a influência do poder econômico na política. “Quanto mais franciscana a campanha, melhor”, garante.

As mudanças, no entanto, também provocam desconfiânças. A principal delas é o possível aumento do uso de dinheiro não contabilizado para driblar as li-

mitações de despesas – o chamado “caixa dois”. “Campanha só se faz com dinheiro, e as empresas vão continuar querendo participar do processo eleitoral. Isso pode ser perigoso, porque antes todas as doações ficavam registradas. Porém, agora não se sabe como vai ser”, considera o deputado Álvaro Porto (PSD). “Promover igualdade de disputa entre os candidatos é importante, mas requer fiscalização. Sem punição, cresce o risco de haver desvios”, concorda Miguel Coelho, deputado pelo PSB.

O jurista e cientista político José Mário Wanderley, professor da Universidade Católica de Pernambuco (Unicap), não faz uma relação direta entre o endurecimento das regras de financiamento e um eventual incentivo a condutas ilícitas. “O caixa dois, infelizmente, já é uma prática frequente, e o

**Duração de
campanha e tempo
do horário eleitoral
gratuito caíram
pela metade**

combate passa pela previsão de procedimentos cada vez mais simples e transparentes e por instituições de fiscalização independentes”, avalia. Para ele, as mudanças tampouco devem aumentar o número de casos em que a Justiça intervenha no resultado das eleições. “A tendência do Judiciário brasileiro em matéria eleitoral tem sido de autocontenção, de reservar interferências somente para situações graves e extremas.”

As restrições ao financiamento também devem causar incertezas para a próxima disputa pelo parlamento estadual, em 2018. Ainda de acordo com o TSE, em 2014, obter uma cadeira na Assembleia Legislativa custou aos candidatos, em média, R\$ 457 mil,

sendo a maior parte dos recursos originária de doações de pessoas jurídicas. As campanhas mais caras superaram R\$ 1 milhão.

Apesar de expressar ceticismo quanto aos efeitos positivos das limitações de custos, Edilson Silva (PSOL) vê com bons olhos a proibição da participação de empresas nas eleições. “Hoje existem políticos que são verdadeiros lobistas das corporações”, denuncia. Teresa Leitão (PT), que segue entendimento parecido, acredita que “se não serão capazes de impedir a presença do poder econômico na disputa, as mudanças, pelo menos, nos forçarão a estar mais próximos dos eleitores, a gastar sola de sapato.”

JANELA

Na esteira da minirreforma, o Congresso aprovou também a abertura de prazo, encerrado em 19 de março, para que deputados estaduais e federais, além de vereadores, mudassem de legenda sem a possibilidade de perder o mandato – punição prevista para casos de infidelidade partidária. Na Alepe, a autorização resultou em dez trocas (ver quadro), que, em alguns casos, significaram também a saída da bancada de Oposição para a de Governo e vice-versa.

“É a janela da infidelidade e do oportunismo”, classifica Teresa Leitão, que entrevê na medida distorções que fragilizam as legendas e enfraquecem a representação popular. Já o líder do Governo na Alepe, Waldemar Borges (PSB), classifica a abertura como uma “deformação” que surge diante da obrigatoriedade de filiação aos partidos e do mau uso das agremiações pelos candidatos. “Pertencer ou não a um partido deveria partir da compreensão de cada político”, opina.

Álvaro Porto, que deixou o opositorista PTB para integrar a base do Governo na Casa, não vê problemas na possibilidade de trocar de sigla. “Foi uma oportunidade para mudarmos caso não estivéssemos satisfeitos”, considera. Raquel Lyra (PSDB), que foi filiada ao PSB, argumenta que a regra evidencia uma das fraquezas da minirreforma: “Antes

de aprovar alterações na legislação, seria preciso decidir que modelo de eleições queremos. Como dizer que a ideia é fortalecer os partidos se criamos uma janela para trocas?”

Sempre lembrada em épocas de crise, mas nunca concretizada, uma reforma política mais profunda costuma esbarrar na falta de consenso a respeito do tema dentro do parlamento. Políticos e especialistas concordam que é preciso aperfeiçoar a forma como a população escolhe seus representantes, a partir de um modelo que garanta novas opções aos cidadãos e que torne o processo mais simples de ser entendido pelo eleitor. As maneiras de alcançar esses

objetivos, contudo, geram divergências difíceis de conciliar.

Mas, se existe unanimidade sobre o tema, ela diz respeito à desconfiança com a minirreforma editada pelo Congresso, descrita como “arremedo” de reforma pela maioria dos deputados ouvidos pelo **Tribuna Parlamentar**. “Os candidatos terão de ampliar a discussão dentro dos partidos, mas isso é na teoria. A prática, a gente só vai conhecer depois da campanha”, conjectura Miguel Coelho. “Da maneira que esta minirreforma foi feita, sem apontar rumos claros, certamente haverá modificações mais à frente, ao bel-prazer dos legisladores”, adverte Raquel Lyra.

**Fique Sabendo**

Mudanças na Alepe

Deputados**Partidos**

Álvaro Porto

● PTB ► ● PSD

André Ferreira

● PMDB ► ● PSC

Beto Accioly

● SD ► ● PSL

Claudiano M. Filho

● PSDB ► ● PP

Eduíno Brito

● PHS ► ● PP

João Eudes

● PRP ► ● PDT

Joel da Harpa

● PROS ► ● PTN

Raquel Lyra

● PSB ► ● PSDB

Romário Dias

● PTB ► ● PSD

Sílvio Costa Filho

● PTB ► ● PRB



Partidos do Governo



Partidos da Oposição

● IMIGRAÇÃO

Terra de estrangeiros



GIOVANNI COSTA

Adaptada ao estilo local, Anna acha conterrâneos “exageradamente rígidos”

Helena Alencar

Em todo o mundo, 244 milhões de pessoas migraram somente em 2015, de acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU). Cerca de 20 milhões são refugiados, o que significa que deixaram suas casas fugindo de guerras ou perseguições raciais, religiosas e políticas. O destino preferencial é a Europa, que recebe quase um terço dos migrantes, mas a América Latina também recebeu 9 milhões de pessoas no ano passado.

Os números representam, com relação a 2014, um aumento de 41% no fluxo. “Parece que estamos voltando ao tempo dos povos bárbaros no Império Romano”, observa o professor doutor Nilo Américo Lima, que ensina a disciplina de Geografia da População na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Ele situa os deslocamentos populacionais no contexto da globalização, preferindo usar a expressão “globalitarismo”, cunhada pelo geógrafo Milton Santos.

“Seria um autoritarismo global que produz fragmentações. É o que vemos na Síria: um país forjado de fora para dentro por ingleses e franceses, em uma área estratégica. O Estado Islâmico é composto por pessoas que nasceram na extrema pobreza, mas receberam treinamento militar de nações poderosas. Depois, os países perderam o controle, e a Síria se tornou o que vemos hoje”, explica Lima.

Em um cenário de migração massiva de refugiados oriundos, principalmente, de países árabes e africanos, os casos de xenofobia se multiplicam. “Nota-se primeiro a presença dos imigrantes em atividades econômicas, por isso vemos reações negativas. No mundo inteiro, são sempre eles os primeiros para quem se aponta o dedo em momentos de crise”, analisa o geógrafo e pesquisador da Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj), Wilson Fusco. “Sabemos que não é isso. Como qualquer migrante na história, só estão tentando levar uma vida melhor do que no lugar anterior. No Brasil,



JARBAS ARAÚJO

Amadou pensa em voltar ao Senegal: “Quero pôr em prática o que aprendi”



GIOVANNI COSTA

Estigma de comerciantes preocupa Liu Zhegn



GIOVANNI COSTA

Com quatro filhas brasileiras, Li Li pretende ficar



RINALDO MARQUES

Pai de Tânia trouxe doces europeus ao Recife

somos todos descendentes de imigrantes, excetuando os índios, que já estavam aqui.”

Em outubro do ano passado, Pernambuco se tornou o novo lar de uma família síria. O casal, que trouxe o filho ainda bebê, não concede entrevistas por questões de segurança. Os três

foram recebidos pela advogada Bruna Guedes, fundadora da organização não governamental Mãos Unidas. “É uma iniciativa livre e informal. As pessoas doam o que podem: tempo, dinheiro, serviços ou espaço”, diz.

Segundo ela, outros refugiados estão chegando ao Estado. As dificuldades que enfrentam vão da falta de recursos para comprar passagens aéreas até o domínio da língua, passando pelo preconceito. “Enquanto religião, cor da pele ou preferência política forem mais importantes que uma pessoa, as previsões não serão otimistas. Estamos fazendo nossa parte para isso se transformar”, considera. “Eu ajudei, mas o que aprendi foi infinitamente maior.”

EMPREGO ALÉM-MAR

No levantamento sobre a imigração em Pernambuco, os dados são escassos. Responável pela documentação e regularização de pessoas de outros países, a Polícia Federal informa apenas que há 2.988 estrangeiros com visto de trabalho atualmente no Estado, além de 15 pedidos de refúgio de cidadãos da Guiné-Bissau. Em todo o País, o Comitê Nacional para os Refugiados (Conare) computa 8.400 pessoas reconhecidas nessa condição até agosto do ano passado – o dobro da quantidade que havia em 2011, sem incluir as mais de 45 mil solicitações de haitianos.

Quanto às autorizações de trabalho, 573 foram concedidas no Estado em 2015, sendo quase metade delas para italianos, segundo o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Em sua maioria, são homens solteiros, entre 35 e 55 anos, que buscam uma qualidade de vida melhor do que aquela possível na Itália com a mesma renda. É o que analisa o sociólogo e presidente do Comitê dos Italianos no Exterior (Comites), localizado no Recife, Daniel Taddone.

“Esse italiano é seduzido pela possibilidade de, mesmo não sendo rico, dar-se ao luxo de certas coisas no Brasil”, alega. Outro perfil é de profissionais liberais de alta qualificação que atuam em empreendimentos como a fábrica da Fiat, em Goiana. “Esses saem muito em jornais e revistas, mas são numericamente pouco significativos.”

Se faltam dados sobre a imigração em Pernambuco, sobram histórias. Pessoas que deixaram seus países vítimas de perseguição ou, simplesmente, em busca de sonhos revelam a contribuição de cada cultura ao desenvolvimento do Estado

Existem mais de 12 mil italianos inscritos no Consulado da Itália no Recife, que atende a todo o Nordeste, um terço dos quais vivendo em Pernambuco. Estima-se que outros 6 mil morem na região sem registro consular, porque temem perder benefícios, como a seguridade social italiana. “Isso não procede – quando pisam na Itália, voltam a ter todos os direitos”, garante Taddone.

Estabelecida em Pernambuco há 7 anos e meio, a professora Anna Pegoretti destoa do perfil médio. Como muitos estrangeiros, veio inicialmente de férias. Depois atuou como voluntária em uma creche, em Tamandaré. Voltou pela terceira vez com o então marido e aqui ficou – hoje ensina italiano em uma escola na Boa Vista, no centro do Recife. “Não vou conseguir um trabalho como esse na Itália. Talvez a situação econômica esteja melhorando um pouco por lá, mas ainda tem muito desemprego.”

Ao mudar de país, as diferenças culturais impactaram Anna. “Todo mundo fala que brasileiros e italianos são parecidos, mas não concordo totalmente. Venho de Trento, ao norte, região que tem uma grande influência alemã. São exageradamente rígidos”, explica. O trânsito e as dificuldades de mobilidade assustaram. “Também achei difícil o hábito de adiar as coisas, de ter que repetir muitas vezes para que algo fosse feito. É preciso se acostumar a outro tipo de mentalidade.”



RINALDO MARQUES

Como regente de coral, Choi realizou sonhos: “demos três voltas ao mundo”

Deixar o país de origem por opção acaba se tornando, para muitos estrangeiros, a oportunidade de realizar sonhos. Foi assim que o sul-coreano Kong Pil Choi, que já era formado em Direito e Economia, conquistou o desejado diploma de Música. “Meu pai era maestro e não deixava, dizia que a profissão era precária. Na Coreia, palavra de pai é palavra de rei”, lembra. Quando deixou a terra natal, há 50 anos, a renda per capita da Coreia do Sul era de 210 dólares (hoje, alcança os 33,2 mil dólares anuais), o que justificaria a preocupação do genitor.

Choi veio ao Brasil como correspondente do Diário Central, mas, após escrever mais de 55 reportagens, além de uma série especial sobre a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) que ganhou fama internacional – “o governo coreano comprou quatro projetos de recalçamento de água ao economista Celso Furtado” –, decidiu largar o jornalismo. Cursou duas faculdades de Música e tornou-se regente de três corais, no Recife. “O Coral Diáspora tinha 72 canções coreanas no repertório. Recebemos prêmios, demos três voltas ao mundo”, conta satisfeito.

Homenageado com o Título de Cidadão recifense em 1998, Choi atua na difusão cultural: ensina o idioma nativo, possui um restaurante típico com a esposa no bairro do Espinheiro, pratica e ensina acupuntura e, em 2013, comemorou a aprovação da Lei Estadual 15.114/2013, que criou o Dia da Cultura Sul-Coreana em Pernambuco. Desde então, organiza um festival anual, sempre no último domingo de setembro. Também articula atividades com outros coreanos que moram no Estado. “São 14 famílias na capital, mais oito em Caruaru, oito em Santa Cruz do Capibaribe e quatro em Toritama. Têm uma história diferente da minha, trabalham principalmente com confecção.”

PONTO DE CHEGADA

Historicamente, grandes deslocamentos populacionais são associados a conflitos bélicos e momentos de expansão colonial. No século XVI, Pernambuco era um dos importantes núcleos sociais do Brasil Colônia, com uma população escrava de mais de 20 mil pessoas, além de portugueses proprietários de engenho e profis-

sionais liberais de várias nacionalidades. A ocupação holandesa, a partir de 1630, causou impacto na cultura e no urbanismo, particularmente do Recife, e no século XIX, a presença inglesa deixou suas marcas.

Ao longo do século XX, as grandes guerras mundiais fizeram da Europa, mais uma vez, um grande polo de emigração – ingleses, alemães, italianos, espanhóis e japoneses vieram em massa para o Brasil. Parte deles, para Pernambuco. A herança pode ser facilmente notada nos sobrenomes e nas instituições – Hospital Português, Clube Alemão, Cemitério dos Ingleses e tantas outras.

Quando se fala em diáspora, porém, a trajetória do povo judeu é emblemática. “A imigração judaica para Pernambuco se concentrou na colonização e no entreguerras, embora saídas de refugiados fossem constantes. O eixo comum era a intolerância religiosa e política, em cada época com suas características”, explica a historiadora de origem judaica Tânia Kaufman.

Os pais da pesquisadora chegaram entre os anos 1930 e 1940 – a mãe vinda da Bessarábia, que atualmente faz parte da Romênia, e o pai, da Alemanha. “Essa leva de judeus da década de 1940 era mais letrada, profissionalmente capacitada, com especializações e ideias de modernidade”, conta. A comunidade, que trabalhava no comércio, com lojas no bairro da Boa Vista,

estabeleceu um sistema de crediário e influenciou nas artes. “Meu pai tinha uma confeitaria na rua da Glória e introduziu os doces finos da pastelaria europeia no Recife.”

Ela calcula que haja 300 famílias de descendentes de judeus em Pernambuco, mais um grupo de cerca de 80 pessoas que reivindicam essa identidade – são da linhagem de cristãos-novos, judeus que, durante a Inquisição Católica, levavam uma vida clandestina. “Hoje busco a influência judaica nos costumes desses que se espalharam no Sertão: na forma de sepultamento com mortalha e sem caixão, na cura das doenças, no que é interditado na alimentação, na religiosidade e no linguajar popular. É comum, por exemplo, alguém reclamar de uma conversa barulhenta dizendo ‘pensam que estão na sinagoga?’”, revela Tânia.

Sobrenomes, instituições e costumes são marcas da imigração em Pernambuco

Diferentes caras no Centro do Recife

Mais recentemente, um fenômeno passou a ser observado na capital pernambucana: a presença de comerciantes de origem chinesa e africana no Centro. Na falta de estatísticas oficiais, as estimativas ficam por conta de organizações sociais que oferecem apoio a esses imigrantes, a exemplo do Escritório de Assistência à Cidadania Africana em Pernambuco (Eacape). Diretor da entidade fundada há quatro anos, o pernambucano Altino Mulungu fala de 130 a 150 senegaleses atualmente no Estado. A nacionalidade é maioria entre os africanos que emigram por razões econômicas e trabalham no comércio informal do Recife.

“O perfil é de rapazes jovens que saem do Senegal em busca de novos horizontes. A realidade mudou um pouco por causa da atual conjuntura econômica do Brasil, mas eles vinham com a ideia de que era um Eldorado”, comentou. Em razão da crise e da fiscalização constante, muitos também têm deixado o Recife rumo ao interior do Estado.

O senegalês Amadou Tourée mora no Brasil há dez anos, cinco deles no Recife. É soldador naval por formação, mas trabalha vendendo artesanato em feiras. Em 2015, montou a Associação dos Senegaleses de Pernambuco, com o objetivo de orientar os conterrâneos recém-chegados, e tem se movimentado em busca de apoio para a primeira comemoração do Dia Internacional da África, em maio.

“Existe uma conexão de muito tempo entre Pernambuco e o Senegal. Em 1895, um navio brasileiro escrito ‘Pernambuco’ foi alugado pelos franceses para levar o xeique Ahmadou Mbacké para o exílio. Por isso, o povo senegalês conhece esse nome”, narra Tourée. “A religião de matriz africana, a gastronomia, tem muita coisa parecida.”

Apesar de elogiar a hospitalidade dos pernambucanos, ele ainda sonha em voltar para casa e aplicar os conhecimentos de agropecuária que obteve no Brasil nos negócios da família. “Meu pai foi engenheiro ambiental, meus irmãos se formaram em veterinária. No Senegal, tenho um sítio onde quero colocar em prática o que aprendi aqui”, planeja.

A imigração chinesa é mais antiga e tem um perfil diferente, explica Nilo Américo Lima. “Não são refugiados. São famílias que discordam ideológica e economicamente da Revolução Cultural Chinesa [liderada por Mao Tsé-Tung, em 1949]. Já chegam como comerciantes, têm dinheiro para montar um negócio”, diz o geógrafo.

Diplomata aposentada e pesquisadora da história da imigração chinesa na América do Sul, Liu Zheng Qin frisa que a amizade sino-brasileira soma mais de 200 anos,

quando os primeiros imigrantes iniciaram as plantações de chá nas regiões Sul e Sudeste. Na década de 1920, teriam chegado as primeiras levadas ao Nordeste. “Houve um auge entre 1960–70, principalmente de chineses vindos de Taiwan. Depois da abertura da China, vieram outros”, relata.

Ela acredita que cada um sai do país de origem por razões particulares, mas com um objetivo comum: conquistar uma vida melhor. “O Brasil é grande e, em relação à China, pouco povoado. Hoje, calculamos mais de 5 mil chineses no Recife e 10 mil em todo o Nordeste”, acredita. Liu Zheng não percebe discriminação racial contra os chineses, porém reclama do “retrato negativo que a imprensa local faz”. “Falamos que os comerciantes não pagam impostos, mas muito poucos fazem isso. E são vítimas de extorsão, tanto de fiscais quanto de policiais”, observa. Para ela, a instalação de um Consulado Geral da China no Recife, anunciada neste ano, deve melhorar a situação.

As mais de duas décadas no País, contudo, são suficientes para que ela e a filha, Li Li Chen, não pensem em retornar. “Aqui já existe uma segunda geração, os filhos dos chineses, que são médicos, professores, funcionários públicos brasileiros. Minhas quatro filhas nasceram aqui. Eu não vou voltar para a China”, garante Li Li. “Os chineses não se movimentam muito. Querem firmar alicerces, manter uma vida pacífica e feliz”, acrescenta Liu Zheng.

Diante das demandas advindas dos movimentos migratórios recentes, a Comissão de Assuntos Internacionais da Assembleia Legislativa de Pernambuco tem se movimentado para ampliar o diálogo com as comunidades. O presidente, deputado Joaquim Lira (PSD), anunciou que vai propor uma mudança no Regimento Interno da Casa para que o colegiado possa abranger atribuições sociais, e não apenas econômicas e comerciais.

“Sentimos a necessidade de começar a discutir a questão, até pela posição geográfica do Estado”, justifica o parlamentar. “Precisamos observar com cuidado. A imigração atinge o mundo e mexe com a realidade de muitas pessoas que deixam sua família e história em busca de uma qualidade de vida melhor. Temos que ponderar, para recebê-los sem marginalizar quem é daqui.”

SERVIÇO:

Para contribuir com as instituições citadas na reportagem e/ou obter mais informações sobre o tema, entre em contato:

– Organização Mãos Unidas – (81) 97312.3677 (WhatsApp)

– Escritório de Assistência à Cidadania Africana em Pernambuco (Eacape) – (81) 3424.1012



Norma alerta para conduta em casos de engasgo ou asfixia

Bares e restaurantes deverão conter cartazes orientando a execução da Manobra de Heimlich

Gabriela Bezerra

Imagine que você está em um restaurante com amigos. De repente, um deles começa a ficar agitado, sem conseguir falar e tossindo muito. Dá para perceber que ele está engasgado, mas o que fazer?

A situação é mais comum do que se imagina, mas a demora na prestação do socorro ou a realização de procedimentos errados, como tapas nas costas, podem gerar sequelas e até mesmo resultar em morte. Para instruir a população sobre como reagir, restaurantes, bares e lanchonetes do Estado deverão cumprir a Lei Estadual nº 15.714/2016, que determina a afixação de cartazes com o procedimento correto para essa situação: a Manobra de Heimlich (ver infográfico).

Caracterizado por compressões abdominais, o procedimento foi desenvolvido, há 42 anos, pelo médico estadunidense Henry Heimlich. Estima-se que, no início da década de 1970, cerca de 4 mil pessoas morriam, por ano, vítimas de asfixia causada por alimentos e pequenos objetos nos Estados Unidos. Pelas contas do médico, mais de 100 mil pessoas foram salvas pela manobra.

Após aproximadamente 15 segundos sem conseguir respirar, o

engenheiro Marcelo Pinheiro foi resgatado graças à realização do procedimento por um colega de trabalho. “Fiquei engasgado ao rir enquanto comia. Por sorte, a empresa onde trabalho realiza treinamento de primeiros socorros. Assim, todo mundo estava apto a realizar a Manobra de Heimlich”, conta. Ao tomar conhecimento da lei, Pinheiro a avaliou como “importantíssima”. “É muito válida uma legislação que dissemine esse conhecimento, capaz de salvar vidas”, ressaltou.

Tenente-coronel do Corpo de Bombeiros, Edson Marconni Almeida já executou a manobra várias vezes, sendo, inclusive, criador de um aplicativo de primeiros socorros que a corporação disponibiliza à sociedade. “No caso de engasgo, quem presta o socorro deve se posicionar por trás da vítima, como se as estivesse abraçando, e comprimir a região abdominal para cima. Isso fará com que o volume do tórax seja diminuído e o ar dos pulmões impulsionado para cima, fazendo pressão para expulsar o objeto”, explica. Ele também chama atenção para o cuidado com os brinquedos das crianças: “Os casos de engasgo não ocorrem apenas durante a alimentação. É preciso ficar atento na hora de comprar brinquedos, respeitando sempre o indicativo de idade do Inmetro”.

Quanto mais rápido a manobra for

aplicada, maior a chance de resolver o engasgo sem danos. “A depender da situação, o indivíduo engasgado poderá sobreviver por um período de 30 segundos a quatro minutos. As sequelas também podem ir de lesões neurológicas, motoras e neurossensoriais, ou até mesmo resultar em morte, infelizmente”, ressalta o médico Eduardo Figueiredo, do Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Pernambuco.

Autor do projeto que deu origem à Lei 15.714, o deputado Beto Accioly (PSL) ressalta a importância da divulgação do procedimento. “Como se trata de uma técnica de emergência simples, qualquer pessoa consegue executar a Manobra de Heimlich, desde que orientada. Ao tornar obrigatória a disseminação dessa informação nos estabelecimentos de consumo de alimentos, nosso objetivo é contribuir para o salvamento de vidas”. Em vigor desde o dia 3 de março deste ano, a norma determina que os cartazes, em tamanho A3 (420x297 mm), devem ser afixados em local de fácil visualização e em número compatível com as dimensões do estabelecimento.

Presidente da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes em Pernambuco (Abrasel-PE), André Araújo relatou que, em conversa com alguns membros da entidade, observou uma recepção positiva da legislação. Por outro lado, o grupo lamentou o fato de não ter sido ouvido no processo de elaboração da regra. “Gostaríamos de ter contribuído com a iniciativa, num processo construtivo para enriquecer a legislação”, comentou.

Como fazer a Manobra de Heimlich



Fonte: <http://henryheimlich.com>

- 1 Envolve seus braços entre a caixa torácica e o umbigo da pessoa engasgada;
- 2 Feche bem uma das mãos, mantendo o polegar de fora;
- 3 Segure o punho com a outra mão, pressionando com firmeza para cima;
- 4 Avalie se a desobstrução foi concluída e se a vítima voltou a respirar;
- 5 Repita até o objeto ser expulso.

Documento Histórico

Primeira regra sobre transporte de passageiros data de 1914

O Museu Palácio Joaquim Nabuco recebe iluminação na cor amarela, no mês de maio, em alusão ao movimento que visa alertar a sociedade sobre o alto índice de mortos e feridos no trânsito, o Maio Amarelo. É também no dia 13 desse mês que se comemora, no Brasil, o Dia do Automóvel e da Estrada de Rodagem, instituído por Getúlio Vargas através do Decreto nº 24.224/1934.

O motivo da homenagem foi a construção da primeira estrada de rodagem, inaugurada em 13 de maio de 1926, entre as cidades do Rio de Janeiro e Petrópolis, por iniciativa do Automóvel Club do Brasil e patrocinada pelos poderes públicos, conforme o Decreto. A construção da estrada objetivava possibilitar a comunicação rodoviária entre a capital do Brasil – na época, Rio de Janeiro –, o centro e o norte do País.

Antes disso, porém, em Pernambuco, o governador Emygdio Dantas Barreto sancionou a Lei Estadual nº 1.234, de 6 de junho de 1914, criada pelo Congresso Legislativo do Estado, então presidido por Gonçalves Maia, autorizando a concessão a Clécio Nogueira Bandeira (ou à empresa que este organizasse) do transporte de cargas e passageiros por meio de automóveis entre as localidades de Rio Branco, Alagoa de Baixo, Ingazeira, Buíque, Flores, Vila Bela, Belmonte e Salgueiro.

Um auxílio quilométrico, que não poderia exceder um conto de réis por quilômetro, foi legalmente previsto para a empresa. O governo estabelecerá as cláusulas do contrato, segundo os interesses do Estado, e definirá os preços de passagens, fretes e condições de auxílio. No prazo de sete meses, após a assinatura do contrato, seria iniciada a construção de estradas, que deveriam ser concluídas no prazo máximo de três anos.

A concessão duraria 25 anos e garantiria isenção de todos os impostos estaduais para a companhia responsável pela execução do contrato. No fim do prazo da concessão, as estradas seriam revertidas para o Estado, sem o pagamento de indenização de qualquer espécie à concessionária. Esse movimento, iniciado na década de 1910, permitiu a expansão da comunicação rodoviária e o tráfego de pessoas e produtos no Interior de Pernambuco.

A iniciativa já havia sido colocada em prática na capital e visava facilitar o deslocamento da população nas áreas urbanas, desde os anos de 1860, quando foram instaladas ferrovias para o transporte de passageiros sobre trilhos no Recife. O crescimento da cidade e o desenvolvimento do comércio exigiram transformações na forma de locomoção. Foi assim que, posteriormente, surgiram os ônibus e automóveis que passaram a circular nas várias pontes dos centros urbanos e estradas estaduais.

Lei n. 1234

O CONGRESSO LEGISLATIVO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
DECRETA :

Artigo 1.º—E' dada a Clécio Nogueira Bandeira ou à Companhia que organizar, concessão para o transporte de cargas e passageiros por meio de automóveis, entre Rio Branco, Alagoa de Baixo, Ingazeira, Buíque, Flores, Villa Bella, Belmonte e Salgueiro.

Art. 2.º—A' empresa que organizar será concedido auxílio kilométrico, que não poderá exceder de um conto de réis por kilometro e o governo, em contracto, estabelecerá as cláusulas necessárias para acautelar os interesses do Estado bem como discriminar os preços de passagens, fretes e condições do auxílio.

Fique Sabendo

Ficou interessado em saber mais?

http://app.vc/primeiros_socorros



CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

Superintendência de Preservação do Patrimônio Histórico do Legislativo. Lei nº 1.234 de 06 de junho de 1914. Acervo do Arquivo Geral Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco.

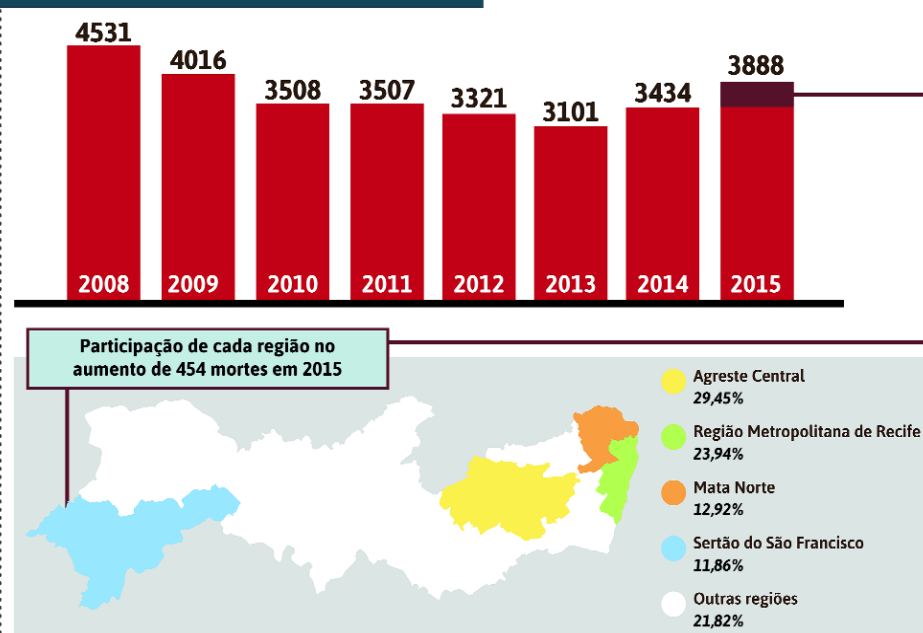
O documento supracitado pode ser consultado no Arquivo Geral da ALEPE, custodiado pela Superintendência de Preservação do Patrimônio Histórico do Legislativo.

● SEGURANÇA PÚBLICA

Um novo mapa da criminalidade

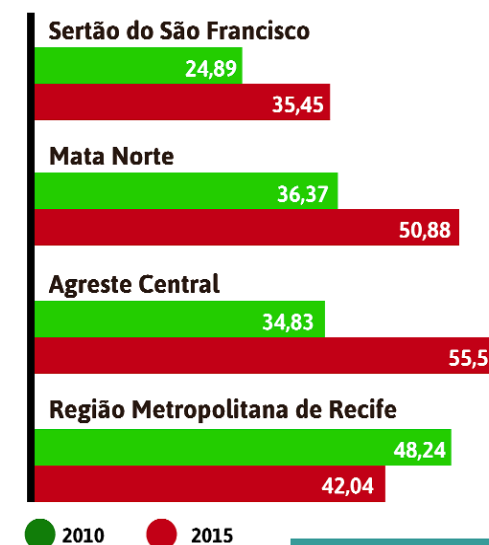
Número de assassinatos voltou a aumentar em Pernambuco em 2015. Mais que na RMR, o número de crimes violentos em municípios do Interior contribuiu para o cenário

Série histórica de CVLIs em Pernambuco (2008 - 2015)



Taxa de CVLIs por 100 mil pessoas (2010 x 2015)

Dados referentes a regiões em que houve aumento no número de assassinatos, em comparação com a RMR



Edson Alves Jr.

Em 2015, os índices de violência em Pernambuco tiveram o segundo ano seguido de aumento, com o número de assassinatos crescendo 13,3%. Foram 3.888 mortes, 454 a mais que em 2014. Com isso, a quantidade de Crimes Violentos Letais e Intencionais (CVLIs) – que englobam homicídios, latrocínios e lesões corporais seguidas de morte – superou os números de 2010, quando ocorreram 3.508 mortes intencionais no Estado. Os dados são da Secretaria de Defesa Social (SDS).

No entanto, a geografia da violência mudou. Se, em 2010, metade dos CVLIs se concentrava na Região Metropolitana do Recife (RMR), no ano passado, 58% dessas mortes aconteceram no Interior. Das 454 mortes ocorridas em 2015 que superaram o quantitativo do ano anterior, 56,4% se deram no Agreste Central, Mata Norte e Sertão do São Francisco, enquanto o entorno da capital respondeu por apenas 24,9% desse aumento.

Na comparação com 2010, o Agreste Central e a Mata Norte registraram índices de assassinatos maiores que os da RMR. Já a região do São Francisco alcançou o mesmo nível de violência do Agreste Central há seis anos (ver info-

gráfico). Por outro lado, as regiões do Pajeú e do Moxotó, no Sertão, apresentaram diminuição no total de CVLIs, enquanto outras ficaram estáveis.

Durante os primeiros anos de execução do Pacto pela Vida, a redução global do número de assassinatos no Estado foi consequência de uma queda significativa na Região Metropolitana, onde o índice de CVLIs diminuiu de 73,4 a cada 100 mil pessoas, em 2006, para 36,95 em 2013. Essa melhora nos índices também aconteceu no Interior, mas com menor intensidade. A partir de 2014, porém, as mortes violentas voltaram a subir, com um aumento menor na RMR e maior no Interior.

A discussão sobre o tema mobiliza o debate na Assembleia Legislativa de Pernambuco. Para o líder da Oposição, Silvio Costa Filho (PRB), “o crescimento da violência no Interior é fruto do desaparecimento das forças de segurança do Estado”. “Falta infraestrutura para trabalho em todas as unidades, como combustível, manutenção das viaturas e munição. Os coletos à prova de balas estão vencidos. Se a situação é crítica na capital, no Interior é ainda mais grave”, considera.

Já o líder do Governo, Waldeimar Borges (PSB), interpreta os dados de modo diferente. “Não podemos falar que voltamos ao nível de 2010, mas que, em alguns meses, tivemos um índice de as-

sassinatos que foi pior do que antes do Pacto Pela Vida”, observa. Ele ressaltou ainda as dificuldades advindas da crise econômica nacional e o esforço orçamentário feito para o aumento do salário de policiais e bombeiros militares, neste ano, além de concursos realizados para a área.

CENÁRIO NACIONAL

A tendência de interiorização da violência vem sendo detectada em todo o País desde o início deste século. No Mapa da Violência de 2012, de abrangência nacional, o pesquisador Julio Jacobo Waiselfisz identificou um fator importante nessa migração: novos polos de desenvolvimento atraem também a violência, sem que haja a mesma estrutura das capitais para que os agentes da segurança pública combatam o crime.

Para a cientista política Ana Maria de Barros, professora do Mestrado em Direitos Humanos da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), há, no Agreste, um aumento da violência relacionada ao desenvolvimento de cidades como Toritama, Caruaru e Santa Cruz do Capibaribe. “São crimes contra o patrimônio que acabam ocasionando latrocínios”, explica.

O estudante Matheus Vinícius Vasconcelos sente a escalada da violência no bairro do Salgado, em Caruaru, onde mora. “Vimos os assassinatos aumentarem em 2015, na maioria das vezes relacionados ao tráfico de drogas. Só os assaltos

vêm diminuindo”, relatou. Na opinião dele, o município sofre com a falta de um policiamento rotineiro. “Só observamos vigilância ostensiva quando há grandes eventos na cidade, como o São João. Fora desses momentos, vemos um número de policiais muito pequeno para o porte da população”.

A SDS informou que, “por questões estratégicas de segurança, não divulga o quantitativo de efetivos”, o qual é planejado semanalmente. Ainda segundo a Secretaria, em 2015, 100 novos soldados foram alocados nas cidades da área integrada de segurança que compreende Caruaru e outros 13 municípios vizinhos.

Para melhorar os resultados do Pacto Pela Vida em 2016, o Estado aposta em um reforço do efetivo policial. Foram anunciados concursos com 1.500 vagas para a Polícia Militar, 650 para a Polícia Civil e 316 para a Polícia Científica, a fim de recompor os quadros dessas instituições. O índice de assassinatos chegou a diminuir em fevereiro deste ano, com uma queda de 5% em relação ao ano anterior (de 325 para 308 homicídios), mas voltou a aumentar em março – foram 335 mortes violentas, 18% a mais que o mesmo mês de 2015.

O delegado da Polícia Civil Bruno Vital, responsável pelas investigações no Agreste Central, garante que o trabalho da segurança pública na região já traz alguns resultados, com redução de 4,6%

nos assassinatos. “Também conseguimos, em 2015, uma taxa de resolução de homicídios da ordem de 62%, quase a mesma dos Estados Unidos (65%), enquanto no Brasil a média é de 5%”, afirma. Por outro lado, houve um aumento de 14,3% nos assassinatos na cidade de Caruaru. “Nosso plano de ação estabelecido para conter os crimes contra a vida em algumas localidades mais violentas está apenas no início, começou a ser executado em março”, justifica.

Apesar do aumento no número de assassinatos coincidir com a crise econômica no País e no Estado, a professora Ana Maria de Barros contesta a relação que comumente se faz entre desemprego e aumento da criminalidade. “A maioria, quando perde o emprego, vai trabalhar na economia informal. Quem comete delitos, normalmente, já tem uma vida ligada ao crime”, aponta a professora. “Essa associação pode se tornar uma forma de segregar os mais pobres”.

A pesquisadora avalia ainda que o formato do Pacto Pela Vida, articulando instituições como polícia, Judiciário e Ministério Público, foi interessante de início, mas chegou ao limite. “A política de segurança precisa ser repactuada com novos atores. O Governo poderia trabalhar com processos educativos para a prevenção da violência, envolvendo movimentos sociais e prefeituras, por exemplo”, sugere.

● OBJETIVO DO MILÊNIO ...

Esperança para os que vão nascer

JOÃO BITA

Brasil atinge antecipadamente meta global de redução da mortalidade na infância. Pernambuco teve melhora de aproximadamente 80% em duas décadas

André Zahar

Moradora da região do Planalto, em Abreu e Lima, a diarista Numeci Ferreira da Silva, de 52 anos, foi a segunda entre os dez filhos da empregada doméstica Iracema. Um dos irmãos, Marcelo, morreu de meningite com um ano e dois meses e outra, Fátima, foi vítima de sarampo aos dois anos de idade. Há 26 anos, ela própria perdeu um de seus três filhos, Wesley, de um ano e seis meses, por desidratação. “Estava trabalhando e deixei com uma amiga. Quando voltei, à noite, ele estava com infecção intestinal e vomitava. Levei para o hospital, mas não deu tempo de socorrer”, conta.

A história pessoal da pernambucana se relaciona com estatísticas que, nas últimas décadas, vêm sendo revertidas de forma gradual em todo o mundo, e de forma ainda mais acentuada no Brasil. Conforme estudo da Organização das Nações Unidas (ONU) publicado ano passado pela revista científica inglesa *Lancet*, todas as regiões do planeta tiveram redução de, pelo menos, 50% nas taxas de mortalidades na infância (óbitos de menores de 5 anos por mil nascidos vivos) e infantil (taxa referente a menores de um ano) no período de 1990 a 2015.

Em 1990, a taxa nacional era de 53,7 por mil, conforme dados do Ministério da Saúde. Em 2013, caiu para 16,7. Com isso, o Brasil está entre os 62 países, de 195 pesquisados, a atingirem o quarto Objetivo de Desenvolvimento do Milênio, que consistia em reduzir em dois terços esse indicador. Vale destacar que o resultado brasileiro (73%) ficou acima das médias global (53%) e da

América Latina e Caribe (67%).

Para a oficial do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) no Brasil, a lituana Ieva Lazareviciute, o crescimento do atendimento pré-natal, do acesso à vacinação, do aleitamento materno e da atenção ao recém-nascido foi essencial para o alcance da meta. Ela destaca também a ampliação da licença-maternidade e a melhora dos indicadores sociais em geral, como a redução da pobreza. “Algumas iniciativas brasileiras foram, inclusive, exportadas para outros países como a criação de um banco de leite humano na cidade de Maputo, capital de Moçambique, por meio de projetos de cooperação”, frisa.

O Nordeste, que em 1990 tinha o pior indicador entre as regiões do País, apresentou a redução mais significativa. De acordo com Relatório Nacional de Acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio 2014, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), o coeficiente foi reduzido de 87,3 para 17,7 óbitos por mil nascidos em 2011. A taxa, que era 2,5 vezes maior que a do Sul, passou a ser 1,6 vez maior. Em Pernambuco, os dados mais recentes do Ministério da Saúde

apontam que a taxa de mortalidade na infância caiu de 88,7, em 1990, para 18,1 em 2011. Nesse período, o Estado passou da quarta taxa mais alta do país para a 17ª.

A Secretaria Estadual de Saúde (SES) atribui o resultado, entre outros fatores, ao aumento na cobertura da Estratégia de Saúde da Família e ao Programa Mãe Coruja. Segundo a médica da gerência de Saúde da Criança e do Adolescente, Madalena Monteiro Oliveira, o avanço é uma vitória para a população. Ela adverte, entretanto,

O QUE FOI FEITO

- Sistema Único de Saúde (SUS)
- Maior cobertura de vacinação
- Estratégia de Saúde da Família
- Programas de aleitamento materno
- Políticas de transferência de renda
- Rede Cegonha

O QUE FALTA FAZER

- Priorizar a busca ativa de gestantes para um pré-natal de qualidade.
- Criar leis e políticas diferenciadas para as populações indígenas, ribeirinhas e quilombolas.
- Ampliar e adaptar a Rede Cegonha para atender a gestantes e crianças mais vulneráveis
- Incentivar a amamentação e ampliar o aleitamento materno exclusivo até o sexto mês
- Fortalecer as políticas públicas municipais, incluindo populações de áreas distantes.
- Valorizar e estimular o parto e o nascimento humanizados

Fonte: Ipea/Unicef

que quanto menor o patamar, mais difícil se torna reduzi-lo. “Nosso sonho é cair abaixo dos dois dígitos”.

Segundo a SES, o desafio agora é fortalecer ações regionais. Um levantamento do órgão sobre a mortalidade infantil, realizado de janeiro a setembro de 2015, mostra que as maiores taxas persistem no Sertão. Elas aparecem nas divisões administrativas sediadas em Arcoverde (Moxotó), Salgueiro (Sertão Central), Petrolina (São Francisco), Ouricuri (Araripe) e Serra Talhada (Pajeú). Na avaliação de Madalena, pesam nessa desigualdade regional condições socioeconômicas. “Existem bolsões, com menores índices de desenvolvimento humano, limitado acesso à água e períodos de seca extrema”, explica.

O presidente do Conselho Regional de Medicina de Pernam-



Relato de Numeci, que perdeu dois irmãos e um filho, se torna mais raro

buc (Cremepe), Sílvia Rodrigues, acrescenta que, na área rural, fatores como escolaridade, renda e acesso a saneamento básico agravam a situação, e aponta possíveis retrocessos nas políticas públicas. “Temos identificado falta de insumos e medicamentos nas unidades básicas de saúde e, inclusive, de vacinas e soro oral. É uma situação que não ocorria há três anos. Também estamos preocupados com o fechamento de leitos em hospitais de pequeno porte”, adverte.

A Secretaria Estadual de Saúde alega que a desativação de leitos tem ocorrido nas redes municipais e não afetou as unidades do Estado. Já a redução na aquisição de remédios seria causada pela falta de repasse do Governo Federal.

Integrante da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher e médica pediatra, a deputada Socorro Pimentel (PSL) acrescenta a assistência materno-infantil como um dos maiores gargalos na saúde em Pernambuco. “Temos altos índices de mortalidade materna e de crianças com sequelas por complicações do parto, e isso precisa ser enfrentado de forma efetiva. Também é preciso haver uma política para o parto humanizado. Ainda há um número exorbitante de cesarianas no Brasil”, avalia a parlamentar, que aponta também a dificuldade de fixar médicos no Interior.

Também médica e membro da Comissão de Saúde da Alepe, a deputada Simone Santana (PSB) pondera que, apesar da falta de políticas nacionais para incentivar a formação e interiorização de pediatras, a superação da meta estabelecida pela ONU indica que Pernambuco caminha no sentido certo. “Com o Programa Mãe Coruja, que induz o fortalecimento da atenção primária e promove o trabalho de proteção e cuidado materno-infantil, avançamos. Menos bebês morrem no Estado, e o Governo demonstra vontade política e seriedade para erradicar o problema”, argumenta.

Apesar dos avanços no mundo todo, 236,3 milhões de crianças morreram, entre 1990 e 2015, antes de completar cinco anos de idade. Essa quantidade equivale a mais do que toda a população brasileira.

O Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) elogia os resultados do Brasil, mas indica algumas medidas que ainda precisam ser reforçadas (ver na tabela). Segundo o órgão, hoje as maiores vítimas da mortalidade infantil são as crianças indígenas: elas têm duas vezes mais risco de morrer antes de completar um ano do que as outras crianças brasileiras, por causas como desnutrição. Essas comunidades ainda enfrentam dificuldades de acesso à atenção primária e pré-natal, à cobertura vacinal e ao saneamento básico.

Apesar dos avanços, 236,3 milhões de crianças menores de cinco anos morreram, entre 1990 e 2015, no mundo todo